



Secretaria de Estado da Educação

# CLIPPING

30 de junho 2015



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Diário Catarinense	<b>Editoria:</b> Moacir Pereira	<b>Data:</b> 30/06/2015
<b>Assunto:</b> Negociações		<b>Página:</b> 10

# DIÁRIO CATARINENSE

### PARA A FILA

Hoje acontece mais uma rodada de negociações entre o governo estadual e o Sinte/SC sobre o novo plano de carreira dos professores. Ontem Colombo admitiu que o cenário de queda na arrecadação e rompimento dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal podem fazer esse encaminhamento ter que esperar.



Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Sua Vida

Data: 30/06/2015

Assunto: Diversidade e Gênero

Página: 20

## DIÁRIO CATARINENSE

### Sexualidade em Debate

**GABRIEL ROSA**

gabriel.rosa@diario.com.br

**P**olarizada pelo discurso de grupos religiosos e LGBT, a discussão a respeito da diversidade de gênero e da sexualidade nos planos estadual e municipal de educação tem gerado fortes atritos em todo o país, incluindo em Santa Catarina. Na sexta-feira passada, o procurador-geral da Prefeitura de Florianópolis, Alessandro Abreu, encaminhou parecer ao gabinete do prefeito César Souza Junior pedindo a retirada de todas as menções à “ideologia de gênero”

do Plano Municipal de Educação da Capital, conceito que entende a construção do gênero como algo social. Para Abreu, as legislações municipal e estadual não devem se sobrepor à federal.

– O Plano Nacional é muito extenso e gera discussões sobre todos os tipos de metas. Meu parecer nem sequer entra no mérito da diversidade de gênero, mas uma decisão municipal não pode contrariar a federal, que já foi discutida e acabou não contemplando o tema – diz o procura.

As diretrizes federais foram aprovadas em junho de 2014 com menções a gênero e diversidade sexual retiradas.

A partir do parecer da procuradoria, o prefeito de Florianópolis decidiu reconvocar a comissão que formulou o plano para rediscutir a questão. Uma reunião deve ser convocada em breve.

Os planos de educação estabelecem metas para o ensino nos próximos 10 anos. Embora os documentos tracem diversos objetivos – como o número de alunos por sala e remuneração dos docentes –, grupos de pressão têm acirrado o debate principalmente em torno de um único ponto proposto pelo Ministério da Educação: a inclusão de temas sobre gênero nas escolas.

O Plano Estadual de Educação ainda

está em tramitação na Assembleia Legislativa, mas o tema já chamou a atenção da bancada religiosa. Na quinta-feira, o deputado Ismael dos Santos, que é pastor, apresentou uma emenda para retirar as menções à identidade de gênero e substituí-las por “erradicação de toda forma de discriminação”. A proposta está sendo estudada pelo governador.

O limite para Estados e municípios discutirem os planos acabou em 24 de junho, mas até ontem apenas 13 Estados haviam aprovado o texto. Desses, cinco mantiveram referências de gênero: Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

### EM FLORIANÓPOLIS

#### 3.20.1 ESTRATÉGIAS:

3.20.1.1. Revisar, em até dois anos após a aprovação deste Plano, com recorte étnico-racial, identidade de gênero e orientação sexual os indicadores de diagnósticos, diretrizes, objetivos e metas para cada um dos níveis e modalidades de ensino e dos itens referentes à formação e valorização dos profissionais da educação básica, ao financiamento e à gestão de recursos.

O texto do plano municipal será rediscutido pela comissão que ajudou a elaborá-lo, composta por integrantes de entidades como Apae, Ministério Público, conselhos Municipal e Estadual de Educação e universidades

### EM SANTA CATARINA

14.9 Estimular estudos e pesquisas em direitos humanos e inclusão, sobre gênero, orientação sexual e identidade de gênero, diversidade religiosa, relações étnico-raciais, educação ambiental, tecnologia assistiva, pedagogia da alternância, quilombola, indígena, povos do campo, comunidades tradicionais, para pessoas públicas da educação especial, e em situação de privação de liberdade.

O Plano Estadual de Educação catarinense está em análise na primeira das três comissões de deputados que irão avaliar o texto na Assembleia Legislativa



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

### ENTREVISTA

**LUCIANE CARMINATTI**

Deputada do PT



*Deputada estadual e professora, tem formação em Pedagogia e já foi secretária de Educação de Chapecó. Atua em questões ligadas a direitos humanos e defende a inclusão do debate sobre gênero no Plano Estadual de Educação.*

**Houve muito debate nos Estados onde já ocorreu a tramitação dos planos. Como a senhora avalia a discussão em SC?**

Acho que, especificamente em relação à ideologia de gênero, há muita desinformação por todos os lados. Defendo sim o debate sobre gênero nas escolas, mas não é o que está se propagando por aí. Pretendo defender o tópico de forma muito respeitosa. Evangélicos têm direito de se manifestar, mas nós também precisamos abrir o debate com os outros segmentos da sociedade.

**Por que a senhora acha importante manter o assunto?**

A gente precisa entender o que estão enxergando como "ideolo-

gia de gênero", que é um tópico que também diz respeito à violência doméstica, adolescência, gravidez e, claro, orientação sexual. Não é possível permitirmos que um plano que prevê educação para os próximos 10 anos ignore as menções a gênero nas escolas.

**Como a exclusão desse tópico do plano afetará a educação em Santa Catarina?**

A gente não precisa se apegar à palavra "gênero", mas entender o que ela significa. Quer dizer que não será mais discutido o preconceito? A violência que hoje mata pessoas com orientação sexual diferente? Não pode mais discutir esses temas? Se for isso mesmo, temos um problema bastante sério.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

### ENTREVISTA

**ISMAEL DOS SANTOS**

Deputado do PSD



*Deputado estadual e pastor da Assembleia de Deus, é autor de 50 livros de política, história, ficção e teologia. É bastante ligado ao debate contra o uso de drogas e discorda do ensino sobre identidade de gênero nas escolas.*

**Por que há uma movimentação para retirar as menções à identidade de gênero do plano?**

Estamos questionando a expressão "identidade de gênero", sem nos ater a outras que aparecem no Plano, como "orientação sexual". Primeiro porque ela não consta no Plano Nacional de Educação. Segundo, identidade de gênero é um conceito abstrato, que diz o seguinte, resumidamente: menino não nasce menino, e menina não nasce menina, pois o sexo é uma produção social.

**A retirada desse ponto do plano não afetaria a discussão de preconceito nas escolas?**

Com todo o respeito, não acredito que a maioria dos professo-

res esteja apta para entrar nesse debate. Também nos preocupamos muito com o material didático, que tem circulado com aberrações pagas pelo dinheiro público, mas até hoje são só "sugestões" às escolas. Com a inserção da identidade de gênero no Plano, viram determinações.

**A erradicação de todos os preconceitos, como o senhor propõe que apareça no Plano, não pode dar o aval para discutir a identidade de gênero?**

Estão confundindo ensinar com educar. À escola compete ensinar; à família, educar. Questões ligadas a gênero devem ser discutidas com a família, e não com a escola.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

**Veículo:** A Notícia

**Editoria:** Política

**Data:** 30/06/2015

**Assunto:** Negociações

**Página:** 08

# A NOTÍCIA

## Para a fila

Hoje ocorre mais uma rodada de negociações entre o governo estadual e o Sinte-SC sobre o novo plano de carreira dos professores. Ontem Colombo admitiu que o cenário de queda na arrecadação e rompimento dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal podem fazer esse encaminhamento ter que esperar.



## Notícias do Dia

### SÃO JOSÉ

## Prefeita sanciona plano de educação

A prefeita de São José, Adeliana Dal Pont, sancionou o Plano Municipal de Educação do município. A lei 5.487/2015 estabelece metas e estratégias que balizarão a política educacional para os próximos dez anos, como determina o Plano Nacional de Educação, aprovado pelo Congresso Nacional em 2014. A oferta de uma educação pública, gratuita e transformadora são os principais pontos do documento que será implantado pela Secretaria Municipal de Educação dentro de um cronograma de trabalho.

Antes de ser encaminhada para votação na Câmara de Vereadores de São José, a proposta foi discutida com a população e referendada pelo Fórum Municipal de Educação. A cidade já contava com um plano aprovado em 2012, mas o documento precisou passar por uma readequação com a aprovação do plano nacional. Para isso, desde setembro de 2014, uma equipe técnica iniciou um diagnóstico educacional do município.

São 19 metas, com destaque para: universalização do atendimento escolar em todos os níveis e modalidades; erradicação do analfabetismo; superação das desigualdades educacionais; valorização dos profissionais da educação; e melhoria da qualidade do ensino.

Além de São José, de acordo com dados do Ministério da Educação, mais de 70% municípios brasileiros já sancionaram seus planos, respeitando o prazo máximo. Em Santa Catarina, 225 dos 295 municípios já estão com a lei sancionada. Outros 70 ainda estão cumprindo as etapas de elaboração e aprovação pelo Legislativo.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Folha de São Paulo	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 30/06/2015
<b>Assunto:</b> Trabalho Extra		<b>Página:</b> Online

EM JORNAL ATRIBUÍDO DO BRASIL \* \* \* \* \* WWW.FOLHA.COM.BR

# FOLHA DE S. PAULO

### **Quatro em dez professores fazem jornada extra para completar renda**

Kassyus Lages, 38, aproveita os intervalos das aulas como professor de história, em Teresina, para alavancar a venda de roupas e sapatos.

Andrea Almeida, 35, dividia-se entre as atividades de manicure e professora de matemática em uma rede municipal do interior do Maranhão até ser aprovada em um concurso estadual –agora, concilia os dois turnos de aula.

Kelly Naves, 40, chegou a trabalhar por três turnos na educação em Belo Horizonte. Ainda hoje, deixa de almoçar enquanto gasta cerca de uma hora para ir de uma escola a outra na capital mineira.

Moradores de diferentes pontos do país, os três exemplos fazem parte de uma estatística de professores que têm recorrido à jornada dupla (ou até tripla) de trabalho. E sentem os efeitos disso.

Hoje, quatro em cada dez docentes da rede básica no país, ou 41% do total, fazem atividades dentro e fora da educação para complementar a renda. Desse universo, 10% chegam a atuar em atividades fora da educação.

"Se eu tiver que dar uma lista, é mais fácil dizer quem não vive disso [renda extra]", afirma Kassyus, que cresceu ajudando a mãe, também professora, a vender bolos para completar a renda.

Os dados, tabulados pela organização Todos pela Educação a pedido da Folha, são de questionário federal preenchido por 225 mil professores da rede pública do 5º e 9º ano do ensino fundamental, amostra que compreende os principais anos dessa etapa de ensino. Ao todo, o fundamental reúne 1,4 milhão de professores.

Em 16 Estados, o índice supera a média nacional. Rio Grande do Norte (55%) e Roraima (54%) lideram. Na outra ponta, estão Tocantins e Distrito Federal, com 22,6% e 12,7%, respectivamente.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Em São Paulo, cerca de 41% dos professores do ensino fundamental aderem a atividades extras.

O levantamento mostra ainda que cerca de 30% dos professores que atuam em uma escola por 40 horas ou mais por semana também arranjam tempo para complementar a renda com outras atividades.

### DO IDEAL AO REAL

"Em algumas redes, a própria carreira não está desenhada para o professor se fixar na sala de aula", afirma a coordenadora da Todos pela Educação, Alejandra Velasco.

Para ela, além de trazer dificuldades ao professor, a rotina pode afetar o projeto pedagógico e a qualidade de ensino. "O professor que não participa totalmente da vida da escola vai ter um desapego maior à escola, vai participar menos das decisões."

Gestores da educação em Estados e municípios reconhecem que a dedicação exclusiva, com jornada de 40 horas semanais, é o ideal para um melhor resultado.

Mas ponderam que essa situação nem sempre é possível. "Do ideal para o real temos várias situações: somos muitas redes municipais, e cada um tem uma forma de contratar", diz Alessio Costa Lima, presidente da Undime (entidade que reúne dirigentes municipais de educação).

"Vai depender da escola, do número de alunos e de turmas", completa Eduardo Deschamps, do Consed (Conselho Nacional de Secretários de Educação). "É natural que professores com carga horária mais baixa tenham mais de um trabalho", diz.

É o caso de Christian Sousa, 35, de Belo Horizonte, que se divide entre aulas de educação física, dança de salão e atividades extras como personal trainer.

Pela primeira atividade, como docente em meio período, recebe R\$ 2.200. Com a jornada extra, ele atinge R\$ 5.700.

"Se o professor fosse mais valorizado, teria somente tempo para investir na docência, e com certeza as aulas teriam melhor qualidade", afirma.

### TETO SALARIAL

A atividade extra tem peso importante no orçamento doméstico dos professores: apenas com a docência, 50% dos profissionais recebem valor menor ou igual a R\$ 2.035.

Com a jornada adicional, seja em outra rede ou fora da educação, esse percentual diminui para 36%.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Ao mesmo tempo, o número de professores que ganha na faixa acima de R\$ 2.035 e até R\$ 6.780 sobe de 46% para 58%.

Para Guilherme Prado, da Faculdade de Educação da Unicamp, essa condição degradada de trabalho acaba por repercutir no ingresso de estudantes nos cursos de licenciatura ou no afastamento desses graduandos da sala de aula.

"Em vez de optarem pela docência, vão para outras áreas, que do ponto de vista financeiro são mais rentáveis", afirma o professor da Unicamp, para quem o problema afeta principalmente áreas de física, química e matemática, com mercados mais amplos.

### GREVES PELO PAÍS

Secretários de educação alegam que esse valor, em grande parte, está atrelado a uma jornada parcial de trabalho, inferior a 40 horas semanais.

Os dados, porém, indicam que 34% dos professores com carga horária de 40 horas ou mais ganham até R\$ 2.035.

As condições de trabalho e a remuneração do profissional motivaram, neste ano, uma onda de paralisações em diversos Estados do país.

"O quadro que temos é de muita tensão", afirmou recentemente o secretário de articulação com os sistemas de Ensino do MEC, Binho Marques, diante das greves na rede pública.

Em Alagoas, onde 60% dos professores ganham até R\$ 2.000 (é o maior percentual até essa faixa), a categoria ameaça parar as atividades em julho.

"Os salários estão muito aquém da nossa qualificação profissional. Ninguém mais quer ser professor", afirma Consuelo Correia, presidente do Sinteal, sindicato dos trabalhadores em educação de Alagoas.

"Isso mostra uma baixa valorização da carreira. Estão atraindo pessoas menos qualificadas", afirma.

Segundo a presidente do sindicato, uma mudança no salário pode não ter efeito imediato, mas tornará a carreira mais atraente.

### QUALIDADE DE VIDA

Professores afirmam que a dupla jornada interfere na qualidade de vida e traz impactos para o desempenho em sala de aula.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Kelly Naves, professora da rede pública municipal em Belo Horizonte (de anos iniciais do fundamental e de inglês para outras turmas), lamenta não ter tempo livre para se dedicar a um mestrado, por exemplo.

"Amamos a profissão. Mas o salário é tão baixo que sempre chega o momento em que pensamos em tentar outra atividade. O cansaço é inevitável", diz.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Folha de São Paulo	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 30/06/2015
<b>Assunto:</b> Fies	<b>Página:</b> Online	

EM JORNAL APROVEITO DO BRASIL \* \* \* WWW.FOLHA.COM.BR

# FOLHA DE S. PAULO

### **MEC prorroga de novo prazo para estudante renovar contrato do Fies**

O MEC (Ministério da Educação) prorrogou novamente o prazo para que os estudantes já inscritos no Fies (Fundo de Financiamento Estudantil) possam renovar o financiamento. Agora, os estudantes têm até o dia 20 de julho para realizar o processo.

A medida foi publicada nesta terça-feira (30) no "Diário Oficial" da União pela presidente substituta do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), Jaana Flávia Fernandes Nogueira.

De acordo com a portaria, os estudantes poderão realizar a transferência integral de curso ou de instituição de ensino e, também, solicitar dilatação do prazo de utilização do financiamento –referente ao primeiro semestre de 2015. Eles também poderão solicitar o aditamento de suspensão temporária do financiamento referente ao 2º semestre de 2013 e aos 1º e 2º semestres de 2014.

Esta é a terceira vez que o MEC altera o prazo. Inicialmente, o prazo terminaria em abril, depois mudou para final de maio e para o dia 30 de junho. O aditamento semestral é feito pelos estudantes no site do SisFies.

O aditamento é o processo pelo qual o aluno dá continuidade ao seu contrato com o MEC (Ministério da Educação) e garante a continuidade do financiamento de seu curso.

Quando o prazo foi prorrogado pela última vez, do total de 1,9 milhão de contratos ativos, cerca de 100 mil (5,26%) ainda estão pendentes. Na época, o MEC disse que integrantes do ministério se reuniram com representantes das instituições privadas de ensino superior para debater problemas relacionados com o Fies.

Os juros para os atuais contratos são de 3,4% ao ano e o estudante começa a pagar o financiamento 18 meses após a conclusão do curso.

**NOVAS REGRAS PARA O FIES**



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Na última sexta-feira (26) os ministérios da Educação e do Planejamento anunciaram mudanças para as próximas contratações.

Para os novos contratos, os juros passarão dos atuais 3,4% para 6,5% e o limite de renda familiar per capita para contratação passará para 2,5 salários mínimos ( R\$ 1.970). Atualmente, o Fies aceita o aluno cuja renda familiar bruta mensal vai até 20 salários mínimos (R\$ 15.760).

Hoje, o governo afirma que 90% dos contemplados pelo Fies já têm esse perfil. Por outro lado, houve aumento de juros trimestrais: dos atuais R\$ 50 para até R\$ 250. O governo ainda reduziu o prazo de amortização da dívida e a renda dos candidatos ao Fies.

O ministro Renato Janine (Educação) informou ainda que o Fies de segundo semestre terá um total de 61,5 mil novas vagas. Somadas à oferta no primeiro semestre, o programa terá, em 2015, um total de 313,9 mil novos contratos -o que corresponde a quase 43% dos financiamentos do ano passado.

"Esperamos nos próximos anos manter nesse patamar. Esta é a intenção do governo", disse Renato Janine em vídeo postado em seu perfil no Facebook.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> G1	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 30/06/2015
<b>Assunto:</b> Enem		<b>Página:</b> Online



## VESTIBULAR E EDUCAÇÃO

### **Inep contratará 25 mil servidores para monitorar aplicação do Enem**

*Remuneração dos servidores aprovados é de R\$ 39,15 por hora.*

*Segundo o edital, aprovados não podem ter parentes de 2º grau, cônjuges.*

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) terá entre 20 e 25 mil servidores públicos do governo federal que atuarão como fiscais para garantir a segurança da próxima edição da prova.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep), que realiza o exame, abriu, nesta segunda-feira (29), um edital para interessados em trabalhar no monitoramento e controle das provas nos dias 24 e 25 de outubro.

A remuneração dos servidores aprovados é de R\$ 39,15 por hora de trabalho e trabalharão de oito a 12 horas por dia. Segundo o edital, os selecionados atuarão exclusivamente sob a orientação do Inep, nos locais de aplicação do exame.

Ainda de acordo com o edital, podem participar do processo seletivo servidores do Executivo federal que não estejam de licença, em afastamento, inativos, e também não podem ter parentes de segundo grau, cônjuges ou companheiros participantes no Enem. O prazo para que os interessados se inscrevam termina no dia 15 de julho.

Os servidores deverão certificar os processos de aplicação do Enem, respeitar as recomendações de confidencialidade e sigilo das informações e informar situações que estejam em desacordo com as regras de segurança do exame.

Neste ano, o Enem teve aproximadamente 8,4 milhões de inscritos. O número de participantes é 10,67% menor do que o registrado na edição anterior. As provas desta edição serão realizadas nos dias 24 e 25 de outubro.

Enem 2015

O Enem 2015 teve 8.478.096 de estudantes pré-inscritos, segundo balanço do MEC. O número é 10,67% menor que em 2014 e quebra uma sequência de recordes que era registrada desde 2008.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Consed	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 30/06/2015
<b>Assunto:</b> Censo 2015		<b>Página:</b> Online



### **Web conferência capacita gestores para o Censo 2015**

Uma web conferência com todos os gerentes e supervisores das 21 Gerencias Regionais de Educação (GRE) do Piauí foi realizada, na manhã desta quarta-feira (24), para apresentar as diretrizes da Secretaria de Estado da Educação e Cultura (Seduc-PI) sobre o Censo Escolar 2015, que teve o início do cadastro das informações no dia 8 de junho.

Durante a conferência, a secretária de Educação, Rejane Dias, destacou a importância da correta inserção dos dados no censo para que os recursos destinados à educação sejam adequados a necessidade. "No ano passado a Educação do Estado perdeu aproximadamente 30 mil matrículas, o que gerou uma redução dos recursos oriundos FUNDEB. Neste ano estamos intensificando a qualificação dos servidores que irão cadastrar as informações para que o censo do Estado reflita a realidade", comentou a secretária.

A Seduc-PI já realizou no início deste mês um treinamento com os supervisores tratando sobre os principais conceitos do Censo e as funcionalidades do Educacenso, que é o sistema de coleta de informações educacionais.

Desde a terça-feira a Seduc-PI já destinou uma equipe técnica para percorrer as GREs para acompanhar o cadastro das informações no Educacenso.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Nota 10	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 30/06/2015
<b>Assunto:</b> Prova Brasil		<b>Página:</b> Online



# Resultados de estudantes em provas internacionais será avaliado

Os resultados dos estudantes brasileiros em duas provas, o Prova Brasil 2013 e o Pisa 2012, serão avaliados em audiência pública da Comissão de Educação na próxima quinta-feira (2).

O Pisa é o Programa Internacional de Avaliação de Alunos, organizado pela OCDE, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. E o Prova Brasil é uma avaliação desenvolvida pelo Inep, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, para avaliar nos alunos a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro.

### Ranking

O objetivo do debate é verificar quais providências devem ser tomadas para elevar o resultado obtido nesses instrumentos de avaliação. Apesar de ter evoluído no ranking do Pisa, o Brasil caiu quatro posições em relação à pesquisa anterior e ficou em 58º lugar entre 65 países.

A avaliação é aplicada a cada três anos em jovens de 15 anos de idade e mede o desempenho em leitura, matemática e ciências. Na última avaliação, dentro da América Latina, o Brasil ficou abaixo do Chile, México, Uruguai e da Costa Rica, mas melhor do que Colômbia e Peru.

### Reforma na educação

Segundo o deputado Rogério Marinho (PSDB-RS), que pediu a audiência pública, o quadro é mais grave porque o Brasil ficou nos últimos lugares dos testes do Pisa, que cobram o que é exigido no ensino fundamental.

"A partir dessa constatação, que não é nova, esse diagnóstico é recorrente, há necessidade de implementarmos uma reforma na educação brasileira porque o que existe é uma grande propaganda de que o Brasil vai bem na área educacional, quando na verdade estamos formando gerações e gerações de jovens e de cidadãos que viverão à margem da sociedade por não estarem escolarizados de maneira adequada, e por via de consequência, gera evasão, abandono e repetência recorrente na sala de aula", destacou.

Rogério Marinho é relator de uma subcomissão que trata da eficiência dos indicadores de qualidade na educação.

### Convidados

- o ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro;
- o secretário de Educação Básica do Ministério da Educação, Manuel Palácios da Cunha e Melo;
- o presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Eduardo Deschamps;
- o presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Aléssio Costa Lima;
- o presidente do Conselho de Administração do Instituto Alfa e Beto, João Batista Araújo e Oliveira; e
- o assessor especial da presidência do Grupo Positivo Claudio De Moura Castro.

A audiência ocorrerá no plenário 10, a partir das 9h30.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Nota 10	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 30/06/2015
<b>Assunto:</b> Transporte Escolar		<b>Página:</b> Online



### Relatório indica falhas em programa de transporte escolar

Relatório divulgado ontem (29) pela Controladoria-Geral da União (CGU) indicou falhas na execução de licitações e de contratos administrativos no Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate). Com base em fiscalizações de 2011 a 2013, em 131 municípios e conselhos de Acompanhamento e de Controle Social, a CGU recomendou a devolução de R\$ 3 milhões aplicados no programa.

Entre as irregularidades, foram constatados casos como o de veículos e condutores que não atendem aos requisitos previstos pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Além da devolução do dinheiro, a CGU recomendou o aprimoramento de mecanismos de controle interno do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a melhoria da fiscalização dos recursos repassados aos municípios.

De acordo com o levantamento, em 38 dos 131 municípios fiscalizados foram relatados casos de condutores que, apesar de habilitados, tinham algum tipo de falha na documentação exigida pelo CTB. Segundo a CGU, quase metade dos conselhos de municípios não fazia acompanhamento da execução dos recursos do programa. De acordo com a controladoria, isso resultou em "alto índice de inoperância no acompanhamento da execução dos recursos". A CGU informou que, em 21 municípios, houve algum tipo de "direcionamento, simulação de processo ou sobrepreço licitatório nas aquisições de serviços/produtos no âmbito do Pnate". Os fiscais encontraram ainda "evidências de restrição à competitividade entre as empresas participantes".

Além disso, o documento apontou saques em valores superiores a R\$ 800 e pagamentos com cheques, o que, para o órgão, "contraria normas vigentes". Também foram encontradas falhas no pagamento e recebimento dos produtos adquiridos, com a ocorrência de valores superiores aos dos produtos recebidos.

No relatório, a CGU considerou positivo o controle de 101 municípios na operação do transporte escolar para alunos da zona rural. Entretanto, foram encontrados veículos "fora das especificações permitidas para transporte, como falta de registro, inspeção, lanterna, cinto e demais equipamentos".

O Pnate foi criado em 2004 para garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares de alunos do ensino fundamental público residentes em área rural. Após ter constatado e registrado os problemas, a CGU encaminhou o documento ao FNDE.

Segundo a controladoria, o FNDE tem aprimorado a prestação de contas, incluindo nos questionários enviados aos conselheiros questões sobre uso do transporte escolar por terceiros e condições de segurança e conforto dos veículos.

Vinculado ao Ministério da Educação, o FNDE ampliou os mecanismos de controle e discute, por meio de audiências públicas, normas de veículos para transporte escolar e regulamentação da categoria dos condutores.